


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 26 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1002795-21.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Seguro**  
Requerente: Diogo Aparecido Barbosa  
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

DIOGO APARECIDO BARBOSA, qualificado nos autos, promove contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT a presente ação ordinária alegando, em resumo, que em junho de 2016 sofreu as lesões que mencionam em decorrência de acidente de trânsito; que faz jus ao recebimento do seguro; que a indenização deve corresponder ao valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Pede a procedência da ação para esse fim.

A requerida contestou a ação aduzindo, em síntese, que falta ao autor interesse de agir; que não existe laudo conclusivo do IML; que não há prova da existência do nexo casual entre a invalidez e o acidente; que eventual cobertura do acidente deverá ocorrer na forma que menciona, bem como a incidência dos juros e correção monetária. Pede a improcedência da ação e impugnou os documentos apresentados pelo autor (págs. 57/76).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs.  
**1002795-21.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo  
CEP: 14801-425 - Araraquara - SP  
Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

99/103).

O processo foi saneado (págs. 104/105).

Veio para os autos o laudo pericial de págs. 119/125 com ciência as partes.

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A ação procede em parte.

Com efeito, a prova pericial atesta que há nexo de causalidade entre os fatos e as lesões sofridas pelo autor.

No laudo pericial de págs. 119/125 concluiu o perito judicial que:

"Paciente (autor) vítima de acidente de trânsito, há nexo. Teve fratura cominutiva em punho direito, com comprometimento do nervo ulnar. Tratado clínica e cirurgicamente, restou sequela por redução funcional permanente em grau severo do membro superior direito (principalmente antebraço, punho, mão). Sequela parcial, permanente e de grau severo (membro superior).

Houve, assim, sequela residual estimada em 75% (setenta e cinco por cento) o que justifica o direito a indenização reclamada embora dentro dos limites estabelecidas pela Lei nº 11.945/09.

Esse valor deve corresponder a R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais) na forma do artigo 3º, § 1º, I da Lei nº 6.194/74.

**1002795-21.2018.8.26.0037 - lauda 2**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

Diante do exposto, julgo procedente em parte a ação e condeno a requerida no pagamento da importância de R\$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais) que será acrescida de juros de mora desde a citação, correção monetária do ajuizamento do pedido, custas processuais, salários do perito e, honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor final da condenação.

Em razão do acolhimento parcial do pedido suportará o autor o pagamento de um terço das verbas da sucumbência acima cominadas, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 26 de novembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA